

Luiz Antonio Scavone Junior

# MANUAL DE ARBITRAGEM

Mediação e Conciliação

**5.<sup>a</sup> edição**

revista, atualizada  
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Copyright © 2014 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896  
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S315m

5. ed.

Scavone Junior, Luiz Antonio, 1966–

Manual de arbitragem / Luiz Antonio Scavone Junior. – 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5433-8

1. Arbitragem e sentença – Brasil. I. Título.

13-07947

CDU: 347.8109

993452

## SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	13
I. ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM .....	15
1. Conceito de arbitragem .....	15
2. Arbitragem, mediação e conciliação .....	20
3. Limites impostos à possibilidade de solução arbitral.....	23
3.1 Direitos patrimoniais disponíveis .....	25
3.2 Arbitragem e relação de consumo .....	28
3.3 Arbitragem e contratos de adesão .....	33
3.4 Arbitragem e direito do trabalho .....	39
3.5 Arbitragem e locação de imóveis urbanos .....	50
3.6 Arbitragem e Estado .....	52
3.7 Arbitragem, contratos societários e estatutos associativos .....	59
3.8 Falência e recuperação judicial do demandante e arbitragem .....	62
3.8.1 Falência .....	62
3.8.2 Recuperação judicial.....	65
3.9 Condomínio edilício e arbitragem.....	67
4. Normas de direito material aplicáveis à solução do conflito pela via arbitral .....	71
5. Espécies de arbitragem: institucional e avulsa .....	74
6. Arbitragem e constitucionalidade do instituto .....	75
Quadro sinótico.....	77
II. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....	83
1. Obrigatoriedade da arbitragem.....	83
1.1 Cláusula arbitral e cláusula de eleição de foro.....	86
1.2 A obrigatoriedade da arbitragem e o contrato que configura título executivo.....	87
2. Espécies de convenção de arbitragem .....	89
2.1 Cláusula arbitral ou cláusula compromissória .....	89
2.1.1 Cláusula arbitral cheia.....	90

2.1.2 Cláusula arbitral vazia – Conceito e execução específica .....	92
2.2 Compromisso arbitral.....	95
3. Requisitos do compromisso arbitral .....	96
4. Autonomia da cláusula arbitral – competência-competência .....	100
Quadro sinótico.....	109
<b>III. ÁRBITROS .....</b>	<b>113</b>
1. Quem pode ser árbitro .....	113
2. Poderes, deveres dos árbitros e sua equiparação aos funcionários públicos no exercício da função .....	116
2.1 Poderes conferidos aos árbitros.....	116
2.2 Deveres dos árbitros.....	117
2.2.1 A equiparação dos árbitros aos funcionários públicos e suas consequências .....	118
3. Critérios para escolha dos árbitros e do presidente do tribunal arbitral .....	122
4. Impedimento do árbitro e sua arguição .....	123
4.1 Arguição de recusa do árbitro .....	126
5. Impossibilidade de atuação do árbitro e sua substituição .....	127
6. Número de árbitros e suplentes .....	129
7. O significado da expressão legal “tribunal arbitral” .....	130
Quadro sinótico.....	132
<b>IV. PROCEDIMENTO ARBITRAL .....</b>	<b>137</b>
1. Normas de procedimento .....	137
1.1 Ata de missão.....	138
1.2 Princípios impositivos .....	139
1.3 Primeiras providências e tentativa de conciliação .....	142
1.4 Participação de advogado e representantes das partes .....	144
2. Instituição da arbitragem .....	145
3. Arguição de incompetência, suspeição e impedimento do árbitro e arguição de nulidade da cláusula arbitral .....	150
3.1 Momento da alegação.....	152
3.2 Impedimento ou suspeição do árbitro.....	154
3.3 Nulidade da convenção de arbitragem e incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral .....	156
4. Questão prejudicial relativa a direitos indisponíveis .....	158
5. Produção de provas .....	160

5.1 Depoimentos das testemunhas, interrogatório das partes e confissão...	161
5.1.1 Interrogatório das partes e confissão.....	162
5.1.2 Depoimento das testemunhas .....	163
6. Medidas de urgência.....	165
7. Pedido contraposto.....	170
8. Revelia .....	170
9. Comunicação dos atos .....	171
10. Despesas com a arbitragem .....	172
11. Intervenção de terceiros.....	173
Quadro sinótico.....	175
V. SENTENÇA ARBITRAL .....	181
1. Características da sentença arbitral e sua exigibilidade.....	181
1.1 Natureza do provimento, liquidez e execução.....	183
1.2 Cumprimento espontâneo e procedimento de execução judicial da sentença arbitral .....	186
2. Prazo para emissão da sentença arbitral .....	193
3. <i>Quorum</i> para a sentença no caso de tribunal arbitral .....	195
4. Requisitos da sentença .....	196
5. Acordo e sentença homologatória no curso da arbitragem .....	198
6. Comunicação e pedido de esclarecimento (“embargos de declaração”) .....	199
7. Nulidade de sentença arbitral.....	202
8. Ação anulatória da sentença arbitral.....	216
8.1 Procedimento.....	217
8.2 Impugnação da execução e seus efeitos.....	222
Quadro sinótico.....	225
VI. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA .....	231
1. A sentença arbitral e a necessidade de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça .....	231
2. Procedimento de homologação .....	235
3. Hipóteses de rejeição do pedido de homologação .....	237
Quadro sinótico.....	246
VII. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E ARBITRAGEM.....	249

BIBLIOGRAFIA .....	255
APÊNDICE .....	259
1. Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá .....	259
2. Resolução 9 do STJ, de 04.05.2005, que dispõe, em caráter transitório, sobre competência acrescida ao Superior Tribunal de Justiça pela Emenda Constitucional 45/2004 .....	276
3. Decreto 4.311, de 23.07.2002 – Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras – Convenção de Nova Iorque .....	278
4. Decreto 4.719, de 04.06.2003 .....	283
5. Projetos de Lei do Senado sobre Arbitragem e sobre Mediação .....	294
5.1. Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2013 – Arbitragem – Aprovado na CCJ do Senado no dia 11.12.2013 .....	294
5.1.1. Comentários .....	297
5.2. Projeto de Lei do Senado Substitutivo ao PLS nº 517, de 2011 – Aprovado na CCJ do Senado no dia 11.12.2013 .....	303
5.1.1 Comentários .....	313
6. Lei 9.307, de 23.09.1996 .....	320
OBRAS DO AUTOR .....	331